

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2023

## Dois continentes e o mesmo instrumento de poder: A imprensa régia

ARTUR ANSELMO

Quando se estuda a história da cultura da língua portuguesa no período colonial, salta imediatamente à vista o atraso na introdução da tipografia em África e no Brasil. Ao invés do que ocorreu na Índia e na China, onde os Portugueses encontraram civilizações antiquíssimas e florescentes, os territórios e as ilhas africanas, assim como a imensa terra brasileira, só tiveram imprensa quando a metrópole o permitiu, ao passo que, desde o século XVI, Goa (na Índia) e Macau (na China) dispunham dos apetrechos necessários à implantação da tipografia.

É certo que, no Brasil, houvera, em meados do século XVIII, uma tentativa para estimular a arte negra de Gutenberg: fora seu autor António Isidro da Fonseca, um dos melhores tipógrafos de Lisboa, responsável, entre muitos outros trabalhos, pela edição do 1.º volume da famosa Biblioteca Lusitana de Diogo Barbosa Machado. Apoiado pelo bispo António do Desterro Malheiro, entretanto transferido da diocese de Luanda para a do Rio de Janeiro, o impressor lisbonense tentou pôr termo ao atraso da colónia brasileira em relação às suas congéneres espanholas como o México, o Perú ou a Bolívia; assim, tendo transportado de Lisboa alguns caixotins de caracteres metálicos, delineou e construiu (ou mandou construir) no Rio o prelo onde se imprimiu, na primavera de 1747, a *Relação da entrada* do prelado Malheiro na cidade fluminense, além de quatro outros folhetos de circunstância. Tudo parecia correr bem: o bispo custeava as despesas e o tipógrafo (cuja saída de Lisboa para o Brasil ainda hoje é um enigma) tinha as costas quentes para dar livre curso à incipiente comercialização de livros, opúsculos e folhetos volantes, embora sabendo de antemão que lhe estava vedado o fabrico de cartas-de-jogar, fonte de grandes lucros, mas o objecto do monopólio apertado da Impressão Régia de Lisboa. Pura ilusão: pouco depois (6 de Julho de 1747) chegavam ao Rio ordens cominatórias da capital do império para se apreender o que fora impresso, destruir a tipografia e fazer regressar o impressor a Lisboa no primeiro navio de torna-viagem.

Espanta a violência em que actuou a Coroa, sobretudo se tivermos em conta que o caso corria ainda no reinado de D. João V, monarca protector das artes e das letras. Mas, nesse ano de 1747, o rei português estava já incapacitado para o exercício das suas funções, o que deixava o campo livre às arbitrariedades da Inquisição. Razão tinha mais tarde Hipólito José da Costa, o redactor do *Correio Brasiliense* (1808–1822), quando, no n.º 13 de 1809 (p. 640), escrevia:

A injustiça com que Portugal e Espanha trataram sempre as suas colónias é agora a causa da sua ruína; porque, proibindo no Brasil (por exemplo) as manufacturas, as artes, as ciências e o comércio estrangeiro, ficaram estas colónias a trabalharem como escravas para a Metrópole; a qual, descansando inteiramente no ouro que lhe traziam seus escravos, desprezou a sua própria indústria.

Quando, em 1807 apossada pela invasão das tropas napoleónicas, a Família Real decide partir para o Brasil, organiza-se uma esquadra composta por 8 naus de linha, 4 fragatas, 2 brigues e 1 escuna, a qual sai do Tejo em 28 de Novembro. A bordo de uma das embarcações — a fragata *Medusa* — seguem prensas e caixotins de caracteres tipográficos provenientes da Inglaterra, que se encontravam afortunadamente no porto de Lisboa à ordem da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Esse material, como é sobejamente sabido, permitirá ao príncipe Real D. João (que, entretanto, se encontrava no Brasil desde 22 de Janeiro de 1808) criar, por decreto de 13 de Maio desse mesmo ano, a *Impressão Régia do Rio de Janeiro*.

A partir de então, com designações rigorosamente iguais, passa a haver dois estabelecimentos tipográficos de carácter oficial: um em Lisboa e outro no Rio de Janeiro. Curiosamente, consultando o *Copiador de Correspondência* das Juntas Administrativas, Económicas e Literárias da *Impressão Régia e Reais Fábricas de Cartas de Jogar*, com sede em Lisboa, verifica-se que estes dois estabelecimentos portugueses ficam, por assim dizer, paralisados nas suas actividades, desde 29 de Julho de 1807 até 10 de Junho de 1808. De facto, ao longo de cerca de 10 meses, nenhum documento de arquivar no *Copiador*: presume-se que a *Impressão Régia de Lisboa* não sabia (ou não podia) adaptar-se à nova conjuntura, ao mesmo tempo que, da parte da potência ocupante — a França napoleónica —, havia mais

interesse em domesticar a imprensa periódica (caso concreto da Gazeta de Lisboa) do que em cuidar dos impressos oficiais e das cartas-de-jogar.

Outra fonte documental do Arquivo Histórico da actual Imprensa Nacional — Casa da Moeda, a cuja direcção agradeço as facilidades de consulta que me foram concedidas —, mostra que o material tipográfico proveniente de Inglaterra e desembarcado no Rio de Janeiro, com o qual se inaugurou a Imprensa Régia do Brasil, era escasso para as necessidades da nova oficina. De facto, no volume com a cota n.º 498 do Registo de decretos, avisos e ordens, encontra-se um aviso régio, datado de 1 de Fevereiro de 1809, ordenando o envio para o Rio de Janeiro de todo o material tipográfico da Imprensa Régia de Lisboa que possa ser dispensado:

... fazer encaixotar sem perda de tempo, e na devida ordem, o mais importante da dita impressão Régia que não estiver em actual exercício, numerando os caixotes, fazendo lembrança do que leva cada um deles.

Tamanha era a urgência no envio da encomenda que a responsabilidade do seu envio foi atribuída ao “deputado tesoureiro” (aliás, nomeado Administrador-Geral no ano seguinte), Joaquim António Xavier Anes da Costa, a quem se permite — diz o texto do aviso — que, “enquanto durar esta diligência, seja dispensado de qualquer outro serviço”.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2015)